



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

Processo Seletivo para Residentes Jurídicos

Cópia da Prova (04/07/2021)

DIREITO MUNICIPAL (1 a 10)

1) Acerca dos Planos Diretores na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, é INCORRETO afirmar que:

- A) Planos Diretores são leis de efeitos concretos, não estando sujeitos a controle de constitucionalidade.
- B) Os Municípios com mais de 20.000 (vinte mil habitantes) são obrigados a elaborar Planos Diretores.
- C) A ausência de participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores é motivo ensejador da arguição de inconstitucionalidade da lei formalmente aprovada pelo Legislativo Municipal, devidamente sancionada.
- D) Lei municipal incluída no Plano Diretor pode exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que proceda ao parcelamento ou edificação compulsórios, sob pena de sanções.
- E) O Plano Diretor engloba o território do Município, contemplando a área urbana, de expansão urbana e rural.

2) A Regularização Fundiária Urbana – REURB – está prevista na Lei Federal Nº 13. 465/17. Considerando as previsões desta Lei, assinale a assertiva CORRETA:

- A) Os confinantes das áreas objeto de REURB precisam anuir expressamente com os procedimentos de regularização, sob pena de nulidade destes.
- B) As áreas públicas de uso comum do povo, objeto de regularização fundiária seguindo os procedimentos previstos na Lei Federal 13.465/17, necessitam ser desafetadas.
- C) No âmbito da REURB, o Município é responsável por outorgar a legitimação fundiária e a legitimação de posse aos ocupantes dos lotes que preencherem os requisitos legais.
- D) A legitimação fundiária é forma de aquisição originária da propriedade e pode ser outorgada aos ocupantes de áreas privadas nas áreas objeto de REURB.
- E) A regularização fundiária objeto da REURB precisa se ater aos limites da matrícula da área, a fim de possibilitar os efeitos registrários da titulação a terceiros.

3) Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e as atribuições constitucionais e infraconstitucionais dos Municípios, assinale a assertiva CORRETA:

- A) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o responsável pela Supervisão e controle da atuação dos Conselhos Tutelares no âmbito das cidades.
- B) É assegurado a todas as gestantes atendimento humanizado à gravidez, ao parto e ao puerpério no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde, sendo que o atendimento pré-natal é realizado por profissionais da atenção primária.
- C) As entidades de atendimento às crianças e adolescentes de apoio socioeducativo em meio aberto e de acolhimento institucional devem ser vinculadas ao Estado, não podendo as entidades privadas eventualmente existentes receberem recursos públicos.
- D) O Conselheiro Tutelar poderá aplicar a medida de proteção afastamento do convívio familiar, caso, no âmbito da investigação, verificar que a criança/adolescente sofre maus tratos.
- E) Na repartição constitucional de competências, cabe à União o atendimento das crianças e adolescentes que tenham deficiência, pois há percentual constitucional obrigatório de gastos com este tema, devendo tal percentual integrar o orçamento da União.

4) O direito de superfície, a transferência do direito de construir, a outorga onerosa do direito de construir e as operações urbanas consorciadas estão previstos no Estatuto da Cidade. Considerando o que o Estatuto da Cidade dispõe, assinale a resposta CORRETA:

- A) O direito de superfície é outorgado por tempo indeterminado e é ato entre particulares de natureza contratual não passível de registro na matrícula do imóvel.
- B) O particular pode adquirir a outorga onerosa do direito de construir para aumentar o potencial construtivo de seus projetos. Este pagamento tem natureza jurídica de taxa e obriga os particulares ao pagamento.
- C) A transferência do direito de construir possibilita ao proprietário de imóvel urbano privado, considerado de interesse histórico e tombado, a exercê-lo em outro local, sendo este um direito do particular, independente da legislação municipal.
- D) As Operações Urbanas Consorciadas equivalem as parcerias público-privadas no urbanismo, independem de lei municipal ou de alteração do Plano Diretor e podem estabelecer um regime urbanístico próprio por Decreto, de acordo com as necessidades do empreendimento.
- E) Lei Municipal estabelecerá as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, determinando a fórmula de cálculo para cobrança, as hipóteses de isenção de pagamento da outorga e as contrapartidas do beneficiário.

5) Segundo a atual orientação do Supremo Tribunal Federal é correto afirmar que compete ao ente federativo municipal:

- A) Legislar sobre horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários.
- B) Legislar sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários e comerciais.
- C) Legislar sobre horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais em razão de normas gerais editadas pela União Federal.
- D) Legislar sobre horário de estabelecimentos comerciais.
- E) Tratar sobre questões relativas ao horário comercial apenas no que tange ao funcionamento em datas festivas.

6) É incorreto afirmar que:

- A) O Município é competente para legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- B) É inconstitucional a lei municipal que proíbe a circulação de água mineral com teor de flúor acima de 0,9 mg/l, disciplinando assim sobre a proteção e defesa da saúde pública.
- C) O direito de propriedade e o direito de construir estão limitados pelas regras do plano diretor.
- D) A exigência de pagamento de direito de criar solo, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, constitui bis in idem fiscal na medida em que o proprietário do imóvel já é onerado com o pagamento de imposto

territorial e predial urbano.

- E) No contexto brasileiro, os municípios são entes federativos porque possuem autonomia política, financeira, administrativa e, especialmente, autonomia para legislar sobre matérias determinadas pela Constituição Federal.

7) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Considerando o que consta no caput do artigo 182 da Constituição Federal é correto afirmar que:

- A) O conceito de função social da cidade confunde-se com o da função social da propriedade.
- B) As diretrizes gerais fixadas pelo Estatuto da Cidade possuem natureza vinculativa. Isso significa que caso não sejam observadas pela legislação de política urbana municipal, materializar-se-á ilegalidade das normas locais.
- C) A política de desenvolvimento urbano será executada pelos municípios de acordo com as diretrizes gerais fixados na legislação federal.
- D) Ao disciplinar sobre a política de crescimento urbano, o legislador constituinte preocupou-se unicamente com as questões relativas à expansão territorial.
- E) A observância às diretrizes gerais pelos municípios impõe-lhes a adoção obrigatória dos instrumentos de política urbana.

8) Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

I- Segundo a doutrina brasileira majoritária, se os municípios não possuem representação no Senado Federal, não podem ser considerados como ente federativo no contexto brasileiro;

II- Os tribunais de contas municipais, que foram organizados após a Constituição Federal de 1988, possuem a atribuição de controle contábil das contas municipais;

III- Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal é inconstitucional norma de Constituição estadual que dispensa apresentação de parecer prévio sobre as contas de chefe do Poder Executivo municipal a ser emitido pelo respectivo tribunal de contas estadual;

IV- Compete à câmara municipal o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo municipal, com o auxílio dos tribunais de contas, que emitirá parecer prévio, cuja eficácia impositiva subsiste e somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da casa legislativa;

V- O parecer técnico elaborado pelo tribunal de contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à câmara de vereadores o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.

- A) I, II e V.
- B) II, IV, V.
- C) III e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, III, IV.

9) Sobre o regime de subsídio, assim dispõe a Constituição Federal de 1988:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

[...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

De acordo com a interpretação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal:

- A) É constitucional a disposição de Lei Orgânica Municipal que preveja o pagamento de horas-extras ao Prefeito e ao Vice-Prefeito do Município.
- B) A vedação de percepção de verba de representação atinge apenas o Prefeito Municipal, não se aplicando ao Vice-Prefeito, por este não ser detentor de mandato eletivo.
- C) O regime de subsídio é incompatível com outras parcelas remuneratórias de natureza mensal, o que não é o caso do décimo terceiro salário e do terço constitucional de férias.
- D) É inconstitucional a previsão em Lei Orgânica Municipal que preveja o pagamento de décimo terceiro salário, sendo admitido pelo STF apenas a previsão de pagamento do terço constitucional de férias.
- E) O regime de subsídio é incompatível com o pagamento de férias ao Vice-Prefeito do Município.

10) De acordo com a Constituição Federal, caso se deseje desmembrar o ente federativo Município de Porto Alegre em 2 (dois) outros entes federativos que serão identificados como Município Borges de Medeiros e Município Vinte de Setembro, será necessária a edição do seguinte ato normativo:

- A) Decreto estadual editado pelo Governador do Estado, dentro do período determinado por lei complementar

estadual, após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

- B) Lei complementar do Município de Porto Alegre, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- C) Lei complementar aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D) Decreto Municipal, validado por lei complementar estadual, após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- E) Lei ordinária aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dentro do período determinado por lei complementar federal, além de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL (11 a 20)

11) Assinale a alternativa correta:

- A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata.
- B) Estados e Municípios não podem restringir temporariamente atividades religiosas coletivas presenciais a fim de evitar a proliferação da Covid-19.
- C) É inconstitucional lei estadual que obriga que as escolas e bibliotecas públicas tenham um exemplar da Bíblia.
- D) A Constituição, em sentido material, é o documento escrito e solene que positivada as normas jurídicas superiores da comunidade do Estado, elaboradas por um processo constituinte específico.
- E) Fala-se em Constituição no sentido formal quando o critério definidor se atém ao conteúdo das normas examinadas.

12) Assinale a alternativa incorreta:

- A) O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que Administração Pública adote medidas concretas, assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos essenciais, como é o caso da saúde.
- B) A pretensão de que sejam editados e publicados critérios e subcritérios de vacinação por classes e subclasses no Plano de Vacinação, assim como a ordem de preferência dentro de cada classe e subclasse,

encontra arrimo no direito à informação que assiste aos cidadãos em geral (art. 5º, XXXIII, e art. 37, § 2º, II), e em outros direitos.

- C) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrasse outra reunião no mesmo local.
- D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- E) É típico das constituições atuais a incorporação de valores morais ao domínio jurídico.

13) Assinale a alternativa incorreta:

- A) Há lacuna quando uma situação constitucionalmente relevante não está prevista na Constituição.
- B) Há “silêncio eloquente” quando a omissão da regulação é resultado do objetivo consciente do constituinte de excluir o tema da disciplina estatuída.
- C) As normas constitucionais, situadas no topo da pirâmide jurídica, constituem o fundamento de validade de todas as outras normas inferiores.
- D) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato;
- E) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

14) Assinale a alternativa correta em relação à federação brasileira e as competências dos entes federados:

- A) É unívoco afirmar que existe hierarquia formal entre a legislação federal e a legislação municipal.
- B) O debate sobre a constitucionalidade de legislação municipal sobre tempo de espera de clientes em filas de bancos está fundado, no Supremo Tribunal Federal, na competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, ainda sem que tenha se firmado entendimento sobre tal matéria.
- C) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- D) A União tem competência legislativa para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.
- E) As competências constitucionais expressas na Constituição de 1988 para os Municípios são apenas aquelas

de natureza legislativa suplementar ou concorrente.

15) Assinale a alternativa correta em relação ao poder judiciário e ao poder executivo, nos termos da Constituição de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- A) No exame do princípio constitucional da isonomia aplicado aos atos do gestor público em relação aos vencimentos dos servidores públicos, o antigo entendimento do Supremo Tribunal Federal de que não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia, não é mais aplicável após a edição da Emenda Constitucional 45/04.
- B) Em relação a concurso público sendo realizado pelo Poder Executivo, o Poder Judiciário não pode revisar critérios adotados pela banca e compatibilidade do conteúdo das questões com o edital.
- C) É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana, por exemplo.
- D) O Poder Judiciário, por meio do Supremo Tribunal Federal, não poderá definir os casos em que serão aplicados os recursos arrecadados por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública, pois se trata de atribuição do Poder Executivo, sem possibilidade de exame por controle judicial.
- E) Há previsão expressa constitucional no sentido de que todas as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, da mesma forma que as decisões administrativas no âmbito do poder executivo devem ser motivadas.

16) "Não será difícil detectar a subsistência do presidencialismo hegemônico da tradição brasileira, sem embargo da recuperação de espaço político pelo Legislativo, que vive, no entanto, grave crise de legitimidade. Talvez o traço mais nítido da paisagem política dos últimos anos seja a ascensão institucional do Poder Judiciário, que teve participação decisiva em diversos acontecimentos políticos da história recente, das reformas constitucionais aos processos criminais contra agentes públicos do primeiro escalão" (BARROSO. Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luís Roberto Barroso. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 398).

Sobre a separação dos Poderes, levando em conta o trecho acima, bem como a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, marque a alternativa correta:

- A) A jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de que os atos interna corporis do Poder Legislativo são insuscetíveis de controle judicial sob pena de violação ao Artigo 3º da

Constituição da República, que enuncia o princípio da separação dos poderes. Disso se concluiu que, ainda que restem preenchidos os requisitos constitucionais para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o seu indeferimento no âmbito do Poder Legislativo não pode ser controlado pelo Poder Judiciário.

- B) Em um Estado constitucional deve haver uma específica estrutura orgânica exigível composta das funções de legislar, administrar e julgar, que devem ser atribuídas a órgãos distintos e independentes, mas que, ao mesmo tempo, se controlem reciprocamente (checks and balances). Em razão desse controle recíproco, é possível que uma Constituição estadual crie um órgão com a função de controle administrativo do Poder Judiciário, onde participem membros dos demais Poderes.
- C) Considere que a Câmara dos Vereadores do Município X aprovou uma lei de iniciativa de um vereador e que concedia isenção de um imposto municipal a determinados munícipes que preenchessem certos requisitos. Neste caso, a lei é inconstitucional por haver violação à separação dos poderes, uma vez que, por ter impacto direto no orçamento, a iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.
- D) Apesar de normalmente haver a menção a John Locke e a Montesquieu como os idealizadores da separação de poderes, a noção da divisão orgânico-funcional da estrutura e das atividades do Estado remonta, em especial, à Grã-Bretanha do século XVII, associada, umbilicalmente, a compreensão de rule of law. Em seu Artigo 2º, a Constituição da República adota a tripartição dos poderes, que, por princípio, possui uma tripla dimensão: positiva, neutra e negativa.
- E) Em hipóteses excepcionais, ainda que não haja previsão expressa na Constituição ou em qualquer outro ato normativo, garante-se ao Poder Judiciário a adoção de uma postura mais ativa em questões relacionadas a políticas pública, não havendo violação ao princípio da separação dos poderes.

17) "É correto afirmar que o Estado Federal expressa um modo de ser do Estado (daí se dizer que é uma forma de Estado) em que se divisa uma organização descentralizada, tanto administrativa quanto politicamente, erigida sobre uma repartição de competências entre o governo central e os locais, consagrada na Constituição Federal, em que os Estados federados participam das deliberações da União, sem dispor do direito de secessão. No Estado Federal, de regra, há uma Suprema Corte com jurisdição nacional e é previsto um mecanismo de intervenção federal, como procedimento assecuratório da unidade física e da identidade jurídica da Federação". (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 84).

Tendo em consideração o conceito abrangente de Estado Federal acima, bem como a respeito da repartição constitucional de competências entre os Entes federados, elemento fundamental para um adequado funcionamento da forma federativa de Estado, assinale a alternativa correta:

- A) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos, bem como legislar privativamente sobre águas, energia, informática,

telecomunicações e radiodifusão. Assim, será inconstitucional eventual lei do Estado do Rio Grande do Sul que, por conta da pandemia decorrente do coronavírus, proíba a suspensão do fornecimento do serviço de energia elétrica, suspenda a incidência de sanção pelo inadimplemento do usuário do serviço, bem como estabeleça formas de cobrança ou mesmo modos de pagamento.

B) Não há um conceito doutrinário fechado a respeito do que se entende por Federação, uma vez que há peculiaridades históricas, culturais, políticas e sociais que dão toques diferenciados à forma estatal adotada. Tem-se, como exemplo dessa diferença, a comparação feita entre o federalismo adotado nos Estados Unidos, onde sua formação se deu por segregação e a concentração de poder é centrípeta, ao passo que, no Brasil, adotou-se um federalismo por agregação, cuja concentração de poder é centrífuga.

C) A Constituição da República prevê que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Considerando que a referida Lei Complementar Federal ainda não foi editada, o STF declarou inconstitucional a criação de Municípios à revelia do regramento constitucional e determinou o retorno deles ao status quo ante.

D) O critério de repartição de competências adotado pela Constituição não permite que se fale em superioridade hierárquica das leis federais sobre as leis estaduais. Há, antes, divisão de competências entre esses entes. Há inconstitucionalidade tanto na invasão da competência da União pelo Estado-membro como na hipótese inversa.

E) Considere que um Município deixou de pagar os seus débitos submetidos a pagamento por precatório. Neste caso, o Estado onde se situa o referido Município poderá promover a competente intervenção municipal, uma vez que, nos termos da Constituição da República, deixar de pagar a dívida fundada por dois anos consecutivos é suficiente para a adoção desta medida.

18) Sobre o controle de constitucionalidade, marque a alternativa correta:

A) Por forte influência do direito constitucional francês, doutrina e jurisprudência brasileira admitem a tese do bloco de constitucionalidade, de modo que, além da Constituição de 1988, incluindo-se o seu preâmbulo, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, de modo que também servirão de parâmetro para controle de constitucionalidade.

B) Para que possa ser suscetível ao controle de constitucionalidade o ato impugnado deve ser estatal, normativo, primário e abstrato, de modo que as leis de efeitos concretos, verdadeiros atos administrativos em sentido material, como as leis orçamentárias, não podem ser objeto do referido controle.

C) Admite-se o questionamento da constitucionalidade de uma Medida Provisória mediante a Ação Direta de Inconstitucionalidade. No entanto, se houver a conversão da Medida Provisória em lei, a ADI perderá o objeto.

- D) Considerando que aos municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, é constitucional a lei municipal que se destine a impedir que atividades empresariais de um mesmo ramo se estabeleçam na mesma região.
- E) Lei estadual que imponha a prestação de serviço de segurança em estacionamento a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e direito do trabalho, além de violar a livre iniciativa.

19) Assinale a alternativa correta:

- A) Influenciado pelo direito norte-americano, precursor na questão do controle de constitucionalidade, Rui Barbosa foi o grande responsável pela inserção do controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1891, quando se criou o Supremo Tribunal Federal, órgão judicial exclusivo para controlar a constitucionalidade dos atos normativos.
- B) O ensino religioso ministrado em escolas públicas deve ser de matrícula efetivamente facultativa e ter caráter não confessional, vedada a admissão de professores na qualidade de representantes das religiões para ministrá-lo.
- C) Decisão judicial que imponha ao Município de Porto Alegre o dever de manter estoque mínimo de determinado medicamento utilizado no combate a certa doença grave, de modo a evitar novas interrupções no tratamento, viola a separação dos poderes, uma vez que ao Poder Judiciário não é dado o poder de fazer escolhas sobre prioridades do Município, nem para interferir na gestão de verbas públicas.
- D) O caso *Marbury v. Madison* é o mais emblemático no que tange o judicial review. Na oportunidade, ainda que não tivesse autorização constitucional explícita para o controle de constitucionalidade de leis, a Suprema Corte americana entendeu que possuía essa competência como decorrência lógica do sistema.
- E) Considerando que a liberdade religiosa é um direito fundamental e que a educação é um direito de todos e dever do Estado, é constitucional lei municipal que preveja a obrigatoriedade de que escolas e bibliotecas públicas tenham exemplares de Bíblias.

20) Sobre os aspectos inerentes ao controle de constitucionalidade e às súmulas vinculantes, marque a alternativa correta:

- A) Considere que uma Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao iniciar o julgamento de um recurso de apelação interposto pelo Município de Porto Alegre, identificou uma possível presença de vícios de inconstitucionalidade na lei municipal invocada pelo apelado nas suas contrarrazões à apelação. Diante disso, o órgão fracionário deu cumprimento ao disposto no Art. 97 da Constituição da República. Ao apreciar o incidente de

arguição de inconstitucionalidade então instaurado, o Órgão Especial da Corte gaúcha decidiu, por maioria de votos, pelo seu acolhimento, reconhecendo que a lei municipal afrontava vários dispositivos da Constituição da República. Neste caso, contra essa decisão, é cabível a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

- B) Considerando que, no ordenamento jurídico brasileiro, a repristinação depende de previsão expressa, uma decisão que declara a inconstitucionalidade de uma lei precisará consignar expressamente o seu efeito repristinatório.
- C) Enquanto não houver manifestação do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão, o simples posicionamento plenário ou do órgão especial do Tribunal local não será suficiente para afastar a cláusula de reserva de plenário, prevista no Art. 97 da Constituição da República.
- D) Ainda que não possam propor ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, aos Municípios é dado o poder para, de forma incidental, em processos que atuam como partes, propor que uma súmula vinculante seja editada, revista ou até mesmo cancelada.
- E) Segundo a Constituição da República, a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais tem como parâmetro de controle a Constituição Estadual. Por isso, caso a Constituição Estadual seja silente em relação a uma determinada norma de repetição obrigatória, fica vedado o uso da representação de inconstitucionalidade de uma lei municipal utilizando-se como parâmetro de controle a Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO (21 a 30)

21) Assinale a alternativa correta:

- A) A anulação de ato administrativo é uma faculdade do Administrador, que prescreve em cinco anos a contar da data em que foram praticados, e decorre do exercício do poder de polícia administrativa.
- B) A edição de decreto, pelo Prefeito Municipal, consiste em exemplo de exercício de poder hierárquico.
- C) A homologação de uma licitação realizada para contratar serviço de limpeza terceirizado para as escolas municipais é exemplo de exercício do poder de autotutela administrativa.
- D) A apreensão, por agentes de fiscalização do Município, de produtos vendidos por ambulantes sem a devida autorização, decorre da presunção de veracidade que caracteriza o exercício do poder de polícia administrativa.
- E) A remoção de veículo estacionado em local proibido está amparada na autoexecutoriedade do poder de polícia administrativa.

22) Assinale a alternativa correta:

- A) O Município de Porto Alegre deferiu, em dezembro de 2020, licença para certo empreendedor construir um edifício de 15 andares. Uma vez iniciada a obra, em fase inicial de terraplenagem, o Plano Diretor foi alterado, e na região do empreendimento, os limites foram modificados, reduzindo os empreendimentos a um máximo de altura equivalente a 10 andares. Tal medida acarretará a anulação da licença edilícia conferida ao empreendedor.
- B) Considerando que o DMAE é uma autarquia municipal, seus bens são públicos e impenhoráveis.
- C) Uma vez efetivado o tombamento de um imóvel privado edificado, de interesse histórico para o Município de Porto Alegre, da impossibilidade de demolição da área edificada para que nela o seu proprietário possa ampliar um estacionamento que existe no local, surge a possibilidade de que este particular pleiteie uma indenização.
- D) Uma praça é exemplo de bem público de uso comum do povo e que não pode ser desafetado.
- E) A desapropriação indireta é modalidade expropriatória da qual um dos exemplos é a expropriação de área utilizada para cultivo ilegal de plantas psicotrópicas.

23) Melissa é uma pessoa preocupada com a cidade em que vive. Ficou sabendo que a Administração Municipal fará uma série de obras de pavimentação viária. Melissa gostaria de saber mais detalhes acerca das obras e dos recursos nelas empregados. Considerando os princípios que vinculam a Administração Pública e o regime jurídico que a rege, qual a alternativa abaixo que pode indicar qual o meio juridicamente mais adequado e eficaz de modo a atender ao pretendido por Melissa?

- A) Melissa pode formular suas dúvidas por escrito e, fazendo uso da Lei do Acesso à Informação - que concretiza o princípio da publicidade - , requerer resposta a tais dúvidas à Administração Municipal.
- B) Melissa deve falar com um amigo seu que trabalha na Polícia Civil para que ele investigue os dados aos quais ela pretende ter acesso, eis que o princípio da transparência respalda tal atitude.
- C) Considerando que Melissa é eleitora, e em virtude do princípio da moralidade administrativa, o modo adequado de viabilizar sua pretensão é por meio da propositura de uma ação popular.
- D) Considerando o princípio da legalidade, Melissa somente poderia conhecer os gastos tal como pretende caso presenciasse cada uma das licitações efetuadas para a realização das obras.
- E) Somente o TCE, e os órgãos de controle interno – como a Controladoria Geral do Município – podem ter acesso a esses dados.

24) Após ler as assertivas, assinale a alternativa correta:

I – A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício

financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

II – A Lei 14.133/2021 expressamente proibiu a celebração de contratos administrativos por prazo indeterminado.

III – Quando existir regime de monopólio não se faz necessária a explicitação dos motivos que justificam a adoção de prazo indeterminado, comprovando-se apenas a estimativa de consumo e a previsão de recursos orçamentários.

- A) Apenas a assertiva I está correta.
- B) Apenas a assertiva II está correta.
- C) Apenas a assertiva III está correta.
- D) As assertivas I e III estão corretas.
- E) Nenhuma assertiva está correta.

25) Servidora exonerada de cargo em comissão ingressou com ação judicial para anular o ato administrativo de exoneração por vício de motivação. Afirmou que, embora tenha sido publicada como exoneração a pedido, jamais formulou pedido desse tipo. Em Primeira Instância, o Magistrado declarou a nulidade do ato e determinou a reintegração da servidora ao cargo. O Município interpôs apelação, na qual sustentou a inaplicabilidade da teoria dos motivos determinantes sob o fundamento de possibilidade de dispensa ad nutum do ocupante de cargo em comissão.

Analise as assertivas abaixo, considerando o caso citado, e assinale a alternativa correta:

I - Quando a Administração Pública declara a motivação de um ato administrativo discricionário, a validade do ato fica vinculada à existência e à veracidade dos motivos por ela apresentados como fundamentação.

II - O motivo do ato administrativo deve ser compatível com a situação que, de fato, gerou a manifestação da vontade, sob pena de ilegalidade.

III - No caso citado, embora seja discricionário, o ato administrativo de exoneração foi motivado. Assim, constatada a inexistência de pedido de exoneração da autora, estará demonstrada a incompatibilidade entre o motivo expresso no ato e a realidade fática, sendo declarada a nulidade do ato de exoneração.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

- C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) Nenhuma das assertivas está correta.

26) Segundo o artigo 20 da LINDB, introduzido pela Lei 13.655/2018, "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão". Esse dispositivo proíbe:

- A) Motivações decisórias vazias, apenas retóricas ou principiológicas, sem análise prévia de fatos e de impactos. Obriga o julgador a avaliar, na motivação, a partir de elementos idôneos coligidos no processo administrativo, judicial ou de controle, as consequências práticas de sua decisão.
- B) Que se decida com base em valores jurídicos abstratos.
- C) Que o Município seja condenado a fornecer vaga em creche para criança de até 5 anos de idade, com a adoção de fundamentação principiológica.
- D) Que a Administração Pública seja condenada a manter estoque mínimo de determinado medicamento utilizado no combate a certa doença grave, de modo a evitar novas interrupções no tratamento, com base na força normativa dos princípios constitucionais.
- E) Que a decisão tomada, com base em valores jurídicos abstratos, não aponte todas as consequências práticas decorrentes da decisão.

27) O Município de Porto Alegre se depara com uma situação urgente, em que um imóvel está ameaçando ruir, colocando em risco pessoas e imóveis situados na imediação, sendo necessária a demolição a fim de evitar prejuízo maior ao interesse público. O Município pode realizar a demolição nesse caso, sem necessidade de intervenção judicial, pois o ato administrativo, em tais circunstâncias, é dotado do atributo da:

- A) Presunção de legitimidade.
- B) Tipicidade.
- C) Presunção de veracidade.
- D) Autoexecutoriedade.
- E) Poder hierárquico.

28) Sobre o Poder de Polícia da Administração Pública, considere as afirmações abaixo:

I. Com previsão legal expressa no Código Tributário Nacional, o Poder de Polícia pode ser conceituado como a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos;

II. Lei poderá conferir o exercício do poder de polícia, inclusive quanto à aplicação de multas, a pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública indireta, de capital social majoritariamente público, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial;

III. O prazo prescricional para as ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, quando não existir legislação local específica, é quinquenal;

IV. Em decorrência do poder de polícia o município pode ordenar, consentir e fiscalizar a atuação dos particulares, sem, contudo, poder aplicar diretamente sanções, caso em que será necessária a intervenção do Poder Judiciário.

- A) As assertivas I, II e III estão corretas.
- B) Apenas a assertiva IV está correta.
- C) A assertiva I e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

29) O Município de Porto Alegre precisa utilizar, temporariamente, os leitos de um hospital privado para atender pacientes diagnosticados com COVID-19. A modalidade de restrição estatal sobre a propriedade privada aplicável à hipótese denomina-se:

- A) Desapropriação.
- B) Requisição.
- C) Servidão administrativa.
- D) Tombamento.

- E) Ocupação temporária.

30) À luz da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, considere a seguinte situação hipotética.

Imagine que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul pretenda mudar seu entendimento sobre o que deve e o que não deve ser computado nos gastos obrigatórios com educação nas contas públicas apresentada pelo Poder Executivo do Município de Porto Alegre, passando a não mais admitir determinado gasto que sempre foi admitido. Nesse caso:

- A) Poderá aplicar imediatamente sua nova interpretação, tendo em vista que compete ao Tribunal de Contas do Estado a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Porto Alegre, não podendo a interpretação retroagir para alcançar atos passados.
- B) Não poderá aplicar o seu novo entendimento, pela vedação ao comportamento contraditório, mas poderá punir o Chefe do Poder Executivo, caso fique caracterizada a conduta culposa.
- C) A alteração de entendimento sobre a licitude ou ilicitude do computo do gasto deverá vir acompanhada de uma regra de transição, conferindo prazo razoável para que o destinatário se adapte e implemente a nova interpretação.
- D) Não poderá aplicar o seu novo entendimento, tampouco punir o Chefe do Poder Executivo, tendo em vista que havia chancelado anteriormente o referido comportamento.
- E) Poderá aplicar imediatamente a nova interpretação, bem como anular todas as contas anteriormente aprovadas com base na interpretação equivocada.

DIREITO TRIBUTÁRIO (31 a 40)

31) Leia as assertivas abaixo e responda quais estão corretas:

I - São hipótese de extinção do crédito tributário, conforme o art. 156 do Código Tributário Nacional, o depósito judicial, a remissão e a prescrição;

II - São hipóteses de extinção do crédito tributário, conforme o art. 156 do Código Tributário Nacional, a transação, a conversão de depósito em renda e a decisão liminar concedida no processo judicial;

III - São hipóteses de extinção do crédito tributário, conforme o art. 156 do Código Tributário Nacional, o depósito judicial integral, a compensação e a decadência;

IV - São hipóteses de extinção do crédito tributário, conforme o art. 156 do Código Tributário Nacional, a transação, a compensação e a decadência;

- A) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- B) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- C) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- D) Somente a assertiva IV está correta.
- E) Somente a assertiva III está correta.

32) Conforme ensina Paulo de Barros Carvalho, "A vigência das normas tributárias, no tempo carrega uma particularidade que deve ser enfatizada, Aquelas que instituem ou majoram tributos não de respeitar outro limite, qual seja, aquele sobranceiramente enunciado no corpo do artigo 150, III, b, e que consistem na necessidade de terem sido publicadas antes do exercício financeiro em que se pretenda cobrar a exação. É o princípio da anterioridade."

Somado ao Princípio da Anterioridade, está previsto no ordenamento jurídico tributário o chamado Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena. Sobre o Princípio da Anterioridade Nonagesimal ou Noventena, é incorreto afirmar que:

- A) Está previsto na Constituição Federal.
- B) Veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributo antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- C) Está previsto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional.
- D) Não se aplica na fixação da base de cálculo do IPTU.
- E) Objetiva também implementar o sobreprincípio da segurança jurídica, para que o contribuinte não seja surpreendido com exigência tributária inesperada, especialmente no final do exercício financeiro.

33) A Fazenda Pública, nesta incluída a Municipal, possui o prazo de cinco anos para proceder ao lançamento do crédito tributário, sob pena de, não o fazendo, decair o direito. Há o perecimento do direito. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário através do lançamento.

Leia as assertivas abaixo sobre o lançamento do crédito tributário e a decadência e após responda à questão.

I - O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados

da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal ou material, o lançamento anteriormente efetuado;

II - A lei tributária, ao referir que há o direito de lançar, indica que o ato jurídico administrativo do lançamento é discricionário;

III - Cabe à lei ordinária estabelecer regras gerais em matéria tributária, especialmente sobre lançamento e decadência;

IV - A revisão do lançamento tributário só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Das assertivas acima:

- A) Somente a assertiva "IV" está correta.
- B) Somente as assertivas "I" e "IV".
- C) Somente as assertivas "III" e "IV" estão corretas.
- D) Somente a assertiva "II" está incorreta.
- E) Todas estão corretas.

34) Os impostos Municipais estão previstos na Constituição Federal no art. 156 da CF/88 e são estes: o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Leia as assertivas abaixo e responda à questão. Quanto aos impostos municipais, é correto afirmar que:

I - A posse e a propriedade de bem imóvel são fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

II - O IPTU, a partir do autorizado na Emenda Constitucional nº 29/2000, não pode ser progressivo em razão do valor do imóvel, mas pode ser progressivo para cumprimento da função social da propriedade;

III - A base de cálculo do ITBI (imposto sobre a transmissão de bens imóveis) é o valor venal do imóvel, e conforme jurisprudência majoritária do STJ, há ilegalidade se for divergente da base de cálculo do IPTU;

IV - Conforme jurisprudência dominante no TJRS e STJ, a base de cálculo do ITBI nas aquisições de imóvel arrematado em leilão judicial é o valor do imóvel arbitrado pela Fazenda Municipal;

V - O ISS é imposto que tem como fato gerador a prestação de serviços previstos em Decreto Municipal.

- A) As assertivas I e III estão corretas.
- B) As assertivas II e IV estão corretas.
- C) As assertivas I, IV e V estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.
- E) A assertiva I está correta.

35) Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar.

- A) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- C) Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- D) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

36) Conforme o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- A) O crédito tributário decorre da obrigação principal, contudo, as circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão e seus efeitos afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- B) No lançamento por homologação, o sujeito passivo ou terceiro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa nas hipóteses do artigo 149 do

CTN.

- D) A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequência.
- E) A modificação introduzida de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, produzirá efeitos retroativos em relação ao mesmo sujeito passivo.

37) Marque a alternativa correta:

- A) A interpretação da legislação que trata de isenção e imunidade deve ser extensiva.
- B) De acordo com o CTN, a isenção é causa de extinção do crédito tributário, instituída por lei ou decreto de iniciativa da autoridade tributante, e que deve alcançar lançamentos pretéritos à sua instituição.
- C) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ainda quando alugados a terceiros, permanecem imunes ao IPTU os imóveis pertencentes aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades sejam constituídas.
- D) O princípio da isonomia, previsto no artigo 150, inc. II, da Constituição Federal, significa que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir o mesmo tratamento entre contribuintes que se encontram em situação equivalente.
- E) De acordo com a Constituição Federal, é possível a cobrança de impostos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os institui ou aumentou.

38) Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito:

- A) Em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- B) Quando aumentar ou instituir tributo sobre a patrimônio, renda e serviços.
- C) Quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, ainda que tenha sido fraudulento o ato e tenha implicado em falta de pagamento de tributo.
- D) Tratando-se de ato definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.
- E) Quando o emprego da interpretação analógica resultar na exigência de tributo não previsto expressamente

em lei.

39) Marque a alternativa CORRETA, de acordo com a jurisprudência do STJ.

No processo de execução fiscal contra a empresa X, o mandado de citação retornou negativo. A certidão do Oficial de Justiça informou que o prédio existente no domicílio fiscal da empresa está fechado e que os vizinhos informaram que há mais de um ano o estabelecimento não funciona naquele local. Intimado, o credor:

- A) Requer a citação da empresa por edital, na forma do artigo 256 e seguintes do CPC.
- B) Requer a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no artigo 134 do CPC.
- C) Requer ofício à Receita Federal do Brasil a fim de que informe o novo endereço do devedor.
- D) Requer o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio administrador.
- E) Requer a extinção do processo ante a impossibilidade jurídica de prosseguimento.

40) Marque a alternativa CORRETA, de acordo com a jurisprudência do STJ.

Citada em processo de execução fiscal para cobrança de IPTU de 2020, a proprietária comparece na Secretaria Municipal da Fazenda e averba matrícula do Registro de Imóveis que demonstra que vendeu o imóvel em 2018. No processo judicial, a Fazenda Pública:

- A) Requer a substituição da CDA por outra com a identificação do novo proprietário, haja vista que qualquer erro na inscrição do crédito tributário na dívida ativa pode ser sanado até a sentença.
- B) Requer a extinção do processo, pois houve erro na identificação do sujeito passivo e, portanto, nulidade do lançamento.
- C) Requer a inclusão do novo proprietário, prosseguindo a execução contra ambos, haja vista que era responsabilidade da vendedora comunicar a transmissão do bem à Fazenda Pública e, portanto, sujeita-se ao pagamento do tributo uma vez que não cumpriu com sua obrigação.
- D) Requer o prosseguimento somente contra a antiga proprietária, pois se trata de obrigação solidária, competindo ao credor a escolha do sujeito passivo.
- E) Nenhuma das anteriores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (41 a 50)

41) Levando em consideração as disposições do CPC acerca da distribuição do ônus da prova. Assinale a incorreta:

- A) O Código de Processo Civil contempla uma distribuição estática e outra dinâmica do ônus da prova.
- B) No Código de Processo Civil é admitida a distribuição convencional do ônus da prova.
- C) É lícita a distribuição convencional do ônus da prova mesmo quando tornar extremamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- D) A distribuição dinâmica do ônus da prova leva em consideração as peculiaridades da causa.
- E) A distribuição estática do ônus da prova leva em consideração a posição da parte (autor e réu) e a natureza do fato a ser provado (Constitutivo, modificativo ou extintivo).

42) No que se refere à incidência dos efeitos materiais da revelia à Fazenda Pública.

Assinale a alternativa correta:

- A) Sempre que o Município de Porto Alegre não contestar o pedido do demandante, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.
- B) Os fatos alegados e não contestados pelo Município de Porto Alegre não serão presumidos como verdadeiros.
- C) A ausência de contestação por parte do Município de Porto Alegre importará na aplicação da pena de confissão.
- D) A ausência de contestação pelo Município de Porto Alegre autoriza o juiz dispensar a produção de prova do autor.
- E) Os efeitos materiais da revelia não incidem sobre alegações de fato.

43) A respeito do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Marque a alternativa incorreta:

- A) O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pode ser instaurado quando houver controvérsia sobre a mesma questão de direito, manifestada em efetiva repetição de processos, que causem risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- B) A desistência ou abandono do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas impede o seu exame de mérito.

- C) A inadmissão do IRDR, por ausência dos pressupostos para a sua instauração, não impede, se preenchidos seus pressupostos legais, seja suscitado novamente.
- D) A instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pode ter por objeto questão unicamente de direito material ou processual.
- E) Não é cabível a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas quando houver recurso afetado nos Tribunais Superiores, no âmbito de suas competências, sobre a mesma questão de direito.

44) Em relação ao Incidente de Assunção de Competência. Marque a alternativa incorreta:

- A) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- B) Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator proporá, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar.
- C) O órgão colegiado julgará o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária se reconhecer interesse público na assunção de competência.
- D) O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, mesmo se houver revisão de tese.
- E) Aplica-se o disposto neste artigo quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

45) Assinale a alternativa correta:

Sobre as invalidades no Direito Processual Civil:

- A) Não há diferença semântica entre as expressões "vício processual" e "invalidade processual".
- B) A improcedência liminar do pedido, prevista no artigo 332 do Código de Processo Civil, tem como pressuposto o reconhecimento de invalidade processual causada pelo autor.
- C) É nulo o processo em que o Ministério Público deva intervir quando, mesmo intimado, não venha a efetivamente apresentar manifestação.
- D) Segundo o princípio da causalidade, anulado o ato processual, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam.

- E) Nenhuma assertiva está correta.

46) Assinale a alternativa correta:

Sobre precedentes:

- A) No Direito brasileiro atual, apresentam, sempre, finalidade unicamente persuasiva.
- B) A modulação de efeitos para promoção de segurança jurídica, proteção da confiança e isonomia é cabível, apenas, em precedentes exarados no âmbito do controle concentrado de inconstitucionalidade.
- C) O dever de estabilidade jurisprudencial, previsto no artigo 926 do Código de Processo Civil, impõe uma vedação absoluta de alteração de entendimento por parte dos tribunais.
- D) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos deverá, necessariamente, ser precedida de audiência pública.
- E) Nenhuma está totalmente correta.

47) Sobre petição inicial e pedido, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- B) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de cinco dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- C) Em caso de indeferimento da petição inicial, o autor poderá apelar, e o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.
- D) Caso o juiz não se retrate do indeferimento da petição inicial, mandará citar o réu para responder ao recurso da parte autora.
- E) O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

48) Sobre tutela provisória, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- B) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida mesmo que haja perigo de

irreversibilidade dos efeitos da decisão, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

- C) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa apenas na hipótese em que, obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias.
- D) Na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional de primeiro grau.
- E) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.

49) Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I – Antes de discutir o mérito, não incumbe ao réu alegar a incompetência relativa, a qual será conhecida de ofício pelo juiz;

II – Há litispendência quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado;

III – A decisão de julgamento antecipado parcial do mérito do processo é impugnável por agravo de instrumento.

Estão corretos os itens:

- A) I e III.
- B) III.
- C) I, II e III.
- D) II.
- E) II e III.

50) Sobre prazos processuais e recursos cíveis, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- B) A apelação, em regra, não terá efeito suspensivo.
- C) Não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre exclusão de litisconsorte.

- D) Haverá repercussão geral sempre que o recurso extraordinário impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- E) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

VOLTAR